



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	1673/2023
Data do Início	25/01/2023
Folha	25
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Processo nº 1673/2023

PARECER GPG N.º 101/PGM/2023

RECURSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2022

– ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 02/02/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de Recurso interposto pela licitante CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA, em relação ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2022, que tem por objeto, resumidamente, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada, para atender as necessidades da Secretaria de Trânsito e Engenharia Viária, conforme razões que expõe em sua exordial.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

A Recorrente alega, em síntese, que houve limitação no caráter competitivo na classificação das propostas com valores superiores até 10% do menor preço ofertado para participação da fase de lances e que a proposta da licitante vencedora, considerou quantidade inferior ao exigido no edital. Requerendo o reotno da licitação à fase de lances.

A CPL indicou que a limitação das propostas está expressa no edital de licitação, e portanto não há que se falar em ilegalidade. Em relação a proposta vencedora, a CPL em sua manifestação, analisa a proposta explicando o seu entendimento de que a proposta está adequada ao exigido no edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	1673/2023
Data do Início	25/01/2023
Folha	26
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não há qualquer irregularidade na desclassificação das propostas com valores superiores 10% do menor preço ofertado, disposição esta que consta manifestamente registrada no edital (item 11.3). Como se não bastasse, a previsão decorre de previsão legal, em harmonia ao artigo 4º, inciso VIII c/c IX da Lei Federal 10.520/02, consoante bem ressaltado pela equipe de licitações.

Em relação a inadequação da proposta vencedora, entende-se tratar de matéria de cunho técnico, a qual incumbe à autoridade competente a respectiva decisão, nos termos da lei. A esse respeito, é de ressaltar que o órgão de licitações, mediante a verificação de seu corpo técnico, informa que não se vislumbrou quaisquer irregularidades nas planilhas apresentadas.

III - DA CONCLUSÃO

Desta forma, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento s.m.j.

À Comissão Permanente de Licitação,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabrício Monteiro Porto

Procurador-Geral do Município



À Comissão Permanente de Licitação,

Maricá, 03 de fevereiro de 2022.

Decisão

Trata-se de recurso interposto pela empresa Carioca Vigilância LTDA, alegando limitação no caráter competitivo ao classificar para fase de lances apenas as propostas com valores superiores até 10% do menor preço ofertado e que constam erros na planilha de custos e formação de preços da empresa Hawk Segurança e Vigilância LTDA, na licitação do Pregão Presencial nº 44/2022.

A CPL se manifestou às fls. 21/24, discordando do entendimento apresentado pela empresa recorrente apontando o que consta no instrumento convocatório em seu item 11.3, bem como no artigo 4º, inciso VIII c/c XI da Lei Federal nº 10.520/2022, a previsão legal de elaboração do ranking para qualificar as empresas para ingresso na fase de lances verbais.

A CPL se manifestou ainda quanto aos erros na elaboração da planilha, informando que os ajustes necessários foram solicitados durante a sessão, conforme consta na ata, e que foram perfeitamente atendidos pela empresa Hawk Segurança e Vigilância LTDA. Apontando ainda que não existe erro no que tange a quantidade de postos e trabalhadores.

Nessa toada, os autos foram remetidos a Douta Procuradoria Geral do Município, a qual se manifestou às fls. 25/26, que não há qualquer irregularidade na desclassificação das propostas com valores superiores a 10% do menor preço ofertado.

É o relatório, passo a decidir.

Inicialmente informa que esta Secretaria pactua do entendimento exarado pela Comissão Permanente de Licitação e da Procuradoria Geral do Município.

Dito isto entende que a elaboração de ranking, classificando apenas as propostas limitando a 10% do menor valor ofertado é perfeitamente legal, estando contida no edital do pregão presencial nº 44/2022 e na legislação vigente.

No tocante a planilha de composição de preços, não foram encontradas irregularidades que respaldem a desclassificação da proposta, tendo em vista ainda que os ajustes solicitados pela CPL em ata na 5ª sessão foram realizados.

Por todo o exposto, com base no parecer da Procuradoria Geral do Município e da manifestação da Comissão Permanente de Licitação, julgo **improcedente o recurso**.

Intime-se e publique-se.

Marcio da Silva Carvalho
Secretário de trânsito e
Engenharia Viária
CPF: 0940

Marcio da Silva Carvalho
Secretário de Trânsito e Engenharia Viária